

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

**AS EXIGÊNCIAS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL: O ESTUDO DE CASO DE
UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

**THE REQUIREMENTS OF ENVIRONMENTAL ACCOUNTING: THE CASE
STUDY OF A FINANCIAL INSTITUTION**

Daiane Ribas Moraes, Lourenço De Paula Martins e Kauana Dos Santos De Paula

RESUMO

O presente artigo apresenta a temática da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental empresarial, e sua prática no âmbito do sistema financeiro, segmento sobre o qual recaem, na atualidade, padrões de conduta internacionalmente definidos, que valorizam a chamada Contabilidade Ambiental. Tendo por meta analisar de que forma a Organização denominada “X” se posiciona diante das boas práticas ambientais, e como as mesmas resultam em benefícios para a organização, inclui revisão da literatura, elaborada a partir de pesquisa bibliográfica, e caracteriza-se como um estudo de caso, pois descreve os resultados de pesquisa de campo conduzida junto aos colaboradores da cooperativa. Desta forma, permitiu a compreensão de que, apesar de possuir uma Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental definida, a organização necessita aprofundar ações no sentido de melhor implementá-la junto aos clientes e as comunidades em que se faz presente.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Responsabilidade ambiental, Contabilidade ambiental.

ABSTRACT

This article presents the theme of sustainability and corporate environmental responsibility, and practice within the financial system, a segment on which fall, in actuality, internationally defined standards of conduct, that value called Environmental Accounting. Having a goal to analyze how the organization called "X" stands on good environmental practices, and how they result in benefits to the organization, including literature, drawn from literature, and is characterized as a case study because it describes the field research results conducted with the employees of the cooperative. In this way, allowed the realization that, despite having an Environmental Sustainability and Responsibility Policy defined, the organization needs to deepen actions to best implement it to customers and the communities in which it is present.

Keywords: Sustainability, Environmental liability, Environmental accounting.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A exploração indiscriminada dos recursos naturais tem mostrado sua face mais perversa quando da ocorrência de acidentes com vasto impacto ambiental, como o ocorrido em novembro de 2015, no estado de Minas Gerais, ocasionado pelo rompimento de barragens com detritos de atividades de mineração, com forte peso na matriz econômica da região atingida.

Dados levantados logo após o acontecido sugeriam prejuízos de mais de cem milhões de reais, incluindo a destruição de mais de uma centena de residências e o tratamento do lodo que afetará algo em torno de 10 mil quilômetros quadrados do litoral do estado do Espírito Santo.

Frente a tais indicadores, que demonstram que a crescente preocupação com o meio ambiente e suas contrapartidas empresariais – como a responsabilidade e a contabilidade ambiental – é questão a ser tratada como prioridade em todos os níveis de mercado, é o que se propõe, ao estudo ora apresentado, a finalidade de analisar de que forma a Organização denominada “X” se posiciona diante das boas práticas ambientais, e como as mesmas resultam em benefícios para a organização.

A opção por tal investigação foi determinada, em primeiro lugar, pelo acesso dos acadêmicos à organização alvo do estudo, bem como pela percepção da relevância que as instituições financeiras assumem, diante da temática ambiental, ao direcionarem recursos para operações que, conduzidas de forma indevida, podem resultar não apenas em prejuízo material para as mesmas, como também de imagem e posicionamento.

Com vistas a contextualizar o estudo, a seguir são discutidas, a partir da literatura consultada, as principais estratégias formuladas para o segmento em pauta, e em seguida apresentados e analisados os resultados de pesquisa de campo realizada junto a colaboradores da Organização “X”, acerca de sua qualificação para atuar em prol da sustentabilidade.

E com base no mencionado, o presente trabalho está dividido da seguinte forma: introdução contendo a questão que permeia o estudo, referencial teórico com as principais abordagens do tema e por fim o estudo de caso aplicado na Organização denominada “X”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E AS ORGANIZAÇÕES

A sustentabilidade ambiental se converteu, nas últimas décadas, de um tema restrito ao ambiente acadêmico, a um dos principais assuntos discutidos em todos os segmentos, em uma escalada de urgência sem precedentes na história da humanidade.

Na esteira desse processo, à constatação dos limites de exploração dos recursos naturais, têm se somado análises que incluem desde o impacto da manutenção do atual sistema de produção capitalista sobre o clima global, até estimativas acerca do montante necessário para a continuidade da produção de alimentos em larga escala em cenários ambientais desfavoráveis.

Questão central do debate sobre sustentabilidade, o aumento do consumo de bens ou o “hiperconsumo”, como definido por autores como Pereira; Calgaro; Pereira, (2012) se constitui como um dos principais desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

Tal como exposto pela fonte citada, no mesmo sentido:

O hiperconsumo é um dos elementos que caracteriza a sociedade moderna. O rompimento com o passado e o endeusamento do novo, do “moderno”, desenvolveu uma cultura capaz de levar a que todo o indivíduo enderece todas as suas necessidades

e todos os seus desejos para o consumo. É, indiscutivelmente, a substituição do “ser” pelo “ter” (PEREIRA; CALGARO; PEREIRA, 2012, p. 54).

Para que se torne possível suprir a crescente demanda dos indivíduos por todo tipo de produtos, em um contexto de insegurança ambiental como o atualmente percebido pelos especialistas, é que áreas centrais como a economia e a política tem procurado estabelecer diretrizes internacionais para a exploração dos recursos naturais em larga escala.

Contudo, como sugere Sen (2004), o mero estabelecimento de leis e normas não parece ser suficiente para que se reduzam as emissões de carbono, o acúmulo de resíduos sólidos ao livre e a contaminação das águas, entre outros efeitos da industrialização no século XXI.

Segundo o mesmo autor, há que se incluir os cidadãos no debate acerca da sustentabilidade, pois as escolhas individuais (como consumir ou não determinado produto) influenciam, decisivamente, no resultado da equação ambiental. Como evidenciado por Sen, desta forma:

O foco na ideia de "liberdades sustentáveis" pode ser não só conceitualmente importante (como parte de uma abordagem geral que trate do "desenvolvimento como liberdade"), mas também oferecer implicações tangíveis e imediatamente relevantes. O foco da discussão na política ambiental vem sendo sempre o desenvolvimento de instituições nacionais e internacionais apropriadas. A justificativa para isso não poderia ser mais clara. Como aponta, com argumentação muito coerente, o relatório "Ecossistemas e Bem-Estar Humano", produzido por uma equipe mundial para a Avaliação de Ecossistemas do Milênio, em 2003, "atingir o desenvolvimento sustentável requer instituições efetivas e eficientes que possam prover mecanismos por meio dos quais os conceitos de liberdade, justiça, equidade, capacitação básica e paridade governem o acesso e o uso dos serviços de ecossistemas". Mas, paralelamente, vem crescendo o interesse na exploração do papel da cidadania para promover o desenvolvimento sustentável. Assim como são necessárias instituições para estabelecer regulamentação passível de fiscalização e para oferecer incentivos financeiros, um compromisso mais forte para com as responsabilidades cívicas poderia ajudar a promover o cuidado com o ambiente (2004, S. P.).

Entre outras iniciativas focadas neste sentido, ações massivas como a “Hora do Planeta”, estimulada pela organização não-governamental WWF (World Wide Fund for Nature), na qual se propõe aos cidadãos da Terra que evitem o consumo de energia durante períodos específicos, mais do que incentivar a economia de recursos naturais, despontam como tentativas de criação de novos hábitos de consumo.

Conforme descrito no site da ONG, a “Hora do Planeta 2015”, ocorrida no dia “28 de março, das 20h30 às 21h30, [...] bateu o recorde de participação de cidades brasileiras com a adesão de **185 municípios, incluindo todas as capitais e o Distrito Federal**” (2015, s. p.), **garantindo grande espaço na mídia nacional e internacional.**

No âmbito específico das organizações privadas, o foco atual em sustentabilidade recai sobre a chamada “ecoeficiência na gestão”, termo cunhado em 1992 pelo empresário Stephan Schmidheiny, o qual envolve, de acordo com Gonçalves, ao menos três objetivos centrais, a saber:

- 1) **Reduzir o consumo de recursos**, minimizando o uso de energia, de materiais, de água e de terra, ampliando a reciclabilidade e a durabilidade dos bens e controlando o ciclo de vida dos materiais e produtos fabricados, desde a extração da matéria-prima até o descarte como resíduo;
- 2) **Reduzir o impacto sobre a natureza**, diminuindo as emissões atmosféricas que geram poluição e mudanças climáticas (como o aquecimento do planeta), assim como as descargas de água, de resíduos e de substâncias tóxicas, promovendo o uso de energia de fontes renováveis;

3) **Aumentar o valor dos produtos e serviços**, fornecendo benefícios aos clientes, ampliando a funcionabilidade e a flexibilidade dos produtos e oferecendo serviços de *upgrade*, troca e manutenção (2005, p. 8-9).

Tais procedimentos resultam, em termos práticos, em ações como as descritas por Tachizawa, para quem a sustentabilidade, nas empresas, possui correlação plena com as novas tecnologias da informação, as quais envolvem “redução do consumo de papel, eliminação do uso de mídias magnéticas para arquivamento de informações (DVDs, CDs, *pendrive* e dispositivos de backup e meios de armazenamento digital equivalentes)” (2015, p. 31).

De acordo com a mesma fonte, a emergência de novos processos com foco sustentável, nas empresas, também condiciona “de forma positiva a gestão ambiental e a responsabilidade social nas organizações à medida que contribuem para um menor impacto ambiental (e até sua completa eliminação)” (TACHIZAWA, 2015, p. 31).

Para Barbieri; Cajazeira, da mesma forma: “Uma organização sustentável é a que procura incorporar os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável nas suas políticas e práticas de modo consistente” (2012, p. 68).

No mesmo sentido, de acordo com os autores anteriormente citados:

Contribuir para o desenvolvimento sustentável é o objetivo dessa empresa e a responsabilidade social, o meio para tornar a sua contribuição efetiva [...]. Para a empresa, a incorporação desses objetivos significa adotar estratégias de negócios e atividades que atendam às necessidades das empresas e dos seus *stakeholders* atuais, enquanto protegem, sustentam e aumentam os recursos humanos e naturais que serão necessários no futuro (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012, p. 68).

Gonçalves, de sua parte, já em 2005 refletia que “é perceptível a expansão do comprometimento ambiental entre as empresas brasileiras” (2005, p.7), apesar de, à época, ainda persistirem experimentações que nem sempre resultavam em efetiva contribuição aos pressupostos da sustentabilidade.

Independente disto, uma análise relativa ao período apontava que:

[...] o número de certificações ISO 14001, que atestam o cumprimento dos requisitos ambientais legais pelas empresas, pulou de 101 em 1998 para 359 em 2001, 1.000 em 2003 e 1.500 em 2004. O aprimoramento da legislação ambiental induz a um aumento do interesse pelas técnicas de gestão sustentável e por certificações, protocolos e convenções ambientais, sobretudo entre as empresas exportadoras. Surgem novas associações empresariais e acadêmicas empenhadas com o desenvolvimento sustentável. A imprensa redobrou o interesse pelas questões ambientais (GONÇALVES, 2005, p. 7).

Assim, eventos de grande alcance, como a recente “Rio+20” – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – ocorrida no Rio de Janeiro entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, se caracterizam como fóruns internacionais para discussão de alternativas ao modelo vigente, reunindo representantes de governos e agentes econômicos internacionais.

2.2 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Em meio ao crescimento do número de empresas comprometidas com a sustentabilidade, também a Contabilidade vem se adaptando às novas exigências do mercado, incorporando novas variáveis e, conseqüentemente, atuando com vistas à readequação dos processos organizacionais às boas práticas ambientais.

Tema de grande relevância na atualidade, a denominada “contabilidade ambiental”, ou “contabilidade financeira ambiental”, como apresentada por Bergamini Junior (1999, p. 3) “tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das

mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa”.

Conforme o mesmo autor, sua aplicação no âmbito empresarial deve proporcionar às organizações, entre outros benefícios, que:

- a) os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas; e b) o desempenho ambiental tenha a ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam (BERGAMINI JUNIOR, 1999, p. 3).

Além desses fatores, Costa (2012, p. 15) indica que esta tendência de atuação da Contabilidade “tem crescido de importância para as empresas em geral porque a disponibilidade e/ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto do debate econômico, político e social em todo o mundo”, condicionando quaisquer agentes econômicos a considerá-la entre suas atividades.

O mesmo autor indica, também, que:

A contabilidade financeira ambiental passou a ter status de um novo ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do “relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais” pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR – *United Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting* (COSTA, 2012, p. 31).

Apesar de terem se passado quase duas décadas desde este marco operacional, todavia, Bergamini Junior (1999) afirma que ainda é pequeno o número de empresas que incluem a contabilidade ambiental entre seus processos, em especial devido a situações como as a seguir descritas:

- relutância das empresas em veicular informações sobre o impacto de suas atividades no meio ambiente, ou por preferirem divulgar sua própria versão em relatórios caracterizados por serem qualitativos, descritivos e parciais, frustrando uma visão abrangente e objetiva do desempenho ambiental da empresa;
- baixa consistência entre as informações disponibilizadas e pouca comparabilidade entre o desempenho da mesma empresa em períodos diferentes ou entre empresas diferentes do mesmo setor de atividades;
- os alvos ambientais representados pelos custos não são previamente estabelecidos de forma mensurável, impossibilitando seu posterior acompanhamento; e
- os passivos ambientais geralmente não são reportados de forma adequada, devido a dificuldades em mensurá-los (1999, p. 4).

Harrington; Knight apud Santos et. al. (s. d.) afirmam que, na atualidade, são comuns as estratégias de administração das questões ambientais baseadas em artifícios, em respostas, na conformidade, gestão ambiental, prevenção de poluição e desenvolvimento sustentável, as quais, cada uma a seu modo, determinam formas também distintas de contabilidade ambiental.

A título de ilustração, segue a descrição de cada uma destas estratégias, tal como apresentadas pelos autores citados:

- a) baseada em artifícios: ocorre quando as empresas encerram suas atividades em determinado local mudando para outro, onde não há controles mais rigorosos a questões ambientais;
- b) baseada em respostas: a empresa responde aos impactos ambientais causados, conforme as informações obtidas sobre os incidentes e regulamentações ambientais,

sem nenhum programa que identifique ou administre as questões ambientais, pagando as multas e esperando o melhor;

c) baseada na conformidade: nesta forma de classificação a empresa possui o programa para identificar os requisitos reguladores, controlando o risco e a responsabilidade de acordo com a lei. Fazer negócios com o ambiente é um custo planejado, podendo ter uma vantagem ou desvantagem competitiva;

d) gestão ambiental: a empresa gerencia de forma sistemática as questões ambientais, identificando os aspectos ambientais e os impactos de suas operações, desenvolvendo políticas, objetivos e metas para administrá-los. A gestão ambiental é uma forma de reduzir o custo das operações e aumentar a receita;

e) prevenção de poluição: desenvolvem-se produtos e processos para reduzir os impactos ambientais na fonte, levando em consideração a seleção de matéria-prima e seu impacto com a extração ou colheita, tornando os processos os mais eficientes possíveis para reduzir o desperdício;

desenvolvimento sustentável: nesta classificação é considerado o impacto social, econômico e ambiental de suas atividades, serviços e produtos. A gestão ambiental é vista com responsabilidade social, moral e ética (SANTOS et. al., s. d.).

Tais critérios de enfrentamento das exigências crescentes impostas às empresas pela temática da sustentabilidade transparecem, também, no resultado de pesquisa conduzida por Santos et. al. (2001) entre 50 empresas incluídas entre as de maior faturamento do Brasil.

A partir das respostas obtidas por meio da aplicação de um questionário aos responsáveis pelo departamento contábil das organizações participantes, o estudo constatou que “apenas 20% das empresas utilizam a contabilidade em sua gestão ambiental, enquanto o restante (80%) não a aplica” (SANTOS et. al., 2001, p. 96).

No mesmo sentido, os autores identificaram que, com relação ao conhecimento quanto à contabilidade ambiental;

[...] 33% das empresas responderam sim e 67% não. Se de um lado, este resultado é ruim mostrando o atraso do Brasil em relação a outros países; de outro é um incentivo a todos profissionais da área contábil, pois é uma nova oportunidade de trabalho que o mercado lhes oferece (SANTOS et. al., 2001, p. 97).

Ao refletirem quanto às razões que influenciam nos resultados obtidos, Santos et. al. (2001, p. 97) concluem “que é preciso o desenvolvimento de estudos científicos sobre contabilidade ambiental com participação conjunta de universidade e empresa”, a fim de se ampliarem os indicadores de emprego da mesma nas organizações.

2.3 SUSTENTABILIDADE E INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Já no que tange à responsabilidade ambiental das instituições que integram o sistema financeiro (segmento no qual se insere a organização alvo do presente estudo), Tosini (2006, p. 1) pontua que:

Tendo em vista que as instituições bancárias dependem do desempenho econômico-financeiro das empresas com que negociam, o risco ambiental tem se tornado um risco a mais para os bancos, com impacto sobre outros grupos de risco – risco de mercado, risco legal, risco de crédito, risco operacional e, especialmente, sobre o risco reputacional.

A fim de reduzir os riscos acima descritos, as instituições bancárias têm se pautado pelos chamados “Princípios do Equador”, criados em 2002, a partir de acordo firmado entre o

Banco Mundial, a IFC – International Finance Corporation – e bancos de todo o mundo (MARQUES; HACON; VINHA, 2005).

De acordo com essas autoras, tal mecanismo se apresenta como referenciais “a serem aplicados no financiamento de projetos de investimento de valor igual ou superior a US\$ 50 milhões, atendendo não só aos critérios econômico-financeiros tradicionais, mas também a parâmetros de viabilidade socioambiental” (MARQUES; HACON; VINHA, 2005, s. p.).

Resultado de adequações promovidas no âmbito da economia e da política mundiais, como nas demais áreas da vida humana, a adoção de instrumentos como o descrito, por sua vez, também se caracteriza como alvo de críticas, como as expostas por Ribeiro (2011), de acordo com quem tais mecanismos apenas ratificam a ação dos grandes poluidores, financiando inovações sem o devido respeito à maioria da população.

De acordo com a mesma fonte, “é urgente estabelecer um mecanismo multilateral de avaliação prévia ambiental, social, econômica e cultural das [novas] tecnologias, com participação real da sociedade civil e dos potenciais afetados” (RIBEIRO, 2011, p. 11), sem o que mecanismos como os “Princípios do Equador” tendem a simplesmente assegurar que não ocorram perdas financeiras.

Soma-se a isto a posição expressa por Caldas; Quintela (2011, p. 17), para quem o Brasil, diante deste cenário:

[...] se posiciona como novo global player a partir de um modelo de desenvolvimento que reforça seu papel como país exportador de commodities (minérios, carne, soja, petróleo, celulose etc.), que representam cerca de 70% da pauta de exportação e requerem grande uso de recursos naturais, como água, solo, energia, biomassa, implicando fortes impactos sobre a natureza e os direitos humanos.

Atento às manifestações da sociedade civil brasileira, bem como às crescentes exigências de regulação determinadas por órgãos internacionais orientados à promoção da sustentabilidade, organismos como o Banco Central têm procurado se manter alinhados aos novos paradigmas.

Um exemplo recente é a edição da Resolução n. 4.327 do BC, que a partir de 25 de abril de 2014 estabeleceu “diretrizes para que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, tais como bancos, financeiras, consórcios e cooperativas de crédito, estabeleçam uma PRSA” (CREDIDIO, 2015, s. p.).

Tal como descrito no artigo 6º do documento citado, assim, as Políticas de Responsabilidade Ambiental destas instituições devem incluir:

- I - sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição;
- II - registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
- III - avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
- IV - procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado (CREDIDIO, 2015, s. p.).

Como parece óbvio, a exigência de adequação das instituições que integram o sistema financeiro às regras acima descritas deverá impactar, objetivamente, a contabilidade ambiental das mesmas, o que reafirma a necessidade de aprofundamento teórico daqueles que atuam na área acerca do tema, tanto em nível teórico quanto prático.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa empregada na realização do presente estudo se vincula à taxonomia descrita por Vergara (2010), e incluiu: pesquisa explicativa, descritiva, bibliográfica e estudo de caso.

Quanto aos fins, caracterizou-se como uma pesquisa descritiva, a qual se apresenta como aquela dedicada a explorar traços ou aspectos de uma população ou fenômeno específico, no intuito de definir sua natureza (VERGARA, 2010), caso das estratégias levadas a cabo pela Organização denominada “X” para a sustentabilidade.

Também se definiu como uma pesquisa explicativa, visto que pretendeu tornar inteligíveis as razões e os meios a partir dos quais, no âmbito das unidades da Organização “X”, tais critérios são empregados (VERGARA, 2010).

Quanto aos meios, tratou-se de pesquisa bibliográfica, ou a que se refere à investigação realizada em obras de circulação aberta, como livros e artigos impressos ou em meio eletrônico, as quais abordem dos principais temas abordados (VERGARA, 2010).

O estudo de caso, por fim, é uma modalidade de pesquisa focada na observação de um fenômeno em seu próprio contexto, e se refere a unidades distintas (VERGARA, 2010), como aquela representada pela área de abrangência da Organização “X”.

A formalização da metodologia proposta, por sua vez, incluiu a aplicação de instrumento de pesquisa entre a totalidade dos gestores das unidades/agências que integram a Organização “X”, para que se obtivessem dados suficientes para a contextualização dos objetivos propostos ao estudo ora apresentado.

Salienta-se que no artigo se usa a expressão Organização “X” para os fins da preservação do nome da organização.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para o levantamento dos dados, utilizou-se um questionário destinado aos gerentes administrativos financeiros, sem necessidade de identificação, com perguntas dissertativas e objetivas, esse seguindo o contexto da questão problema do artigo: De que forma a Organização “X” se posiciona diante das boas práticas ambientais, e como as mesmas resultam em benefícios para a organização?

Dos questionários encaminhados aos Gerentes Administrativo-Financeiros da Organização “X”, dez foram devolvidos no prazo estipulado, os quais serviram de base para a amostra a seguir descrita.

Assim, no que se refere ao primeiro tópico investigado – identificação -, observou-se que, dos participantes, a grande maioria (70%) são do sexo masculino, enquanto os 30% pertencem ao gênero feminino.

Os sujeitos entrevistados, por sua vez, distribuem-se, em termos de faixa etária, conforme segue: 40% possuem de 31 a 40 anos; 30% de 41 a 50 anos; 20% de 21 a 30 anos; e 10% acima de 50 anos.

O nível educacional dos Gerentes Administrativo-Financeiros incluídos na amostra, outrossim, é representado pelos 70% que afirmaram possuir cursos de Pós-Graduação, bem como pelos demais 30%, que concluíram o Ensino Superior.

Quanto à vinculação à Organização “X” segundo, tópico investigado, revelou que os Gerentes Administrativo-Financeiros entrevistados, em sua totalidade (100%) atuam na organização há mais de 5 anos.

Solicitados a informar quais os cursos que participaram, recentemente, no âmbito organizacional, os participantes da amostra disseram ter obtido melhor qualificação para o trato

com temas como segurança da informação, prevenção à lavagem de dinheiro e MECIR (meio circulante), não havendo menção direta à sustentabilidade.

No terceiro tópico investigado - visão acerca da sustentabilidade e contabilidade ambiental – por sua vez, permitiu o levantamento de dados específicos quanto à temática central do presente estudo, como se verá a seguir.

Diante da questão: “Em sua opinião, as políticas pautadas na preservação do meio ambiente e da sustentabilidade influem, DIRETAMENTE, sobre sua rotina de trabalho? ”, a grande maioria (90%) dos entrevistados responderam positivamente, ao contrário dos 10% restantes, para quem as mesmas não acarretam mudanças significativas nos processos desempenhados junto à organização, como se pode observar abaixo:

Gráfico 1 – Influência das políticas de sustentabilidade no trabalho



Ditam normas e condutas a serem adotadas por nós colaboradores; apesar de não existir algo que monitore isso rigidamente, procuramos conduzir e adotar as melhores práticas possíveis, como nela descrito (Trecho de depoimento incluído em instrumento de pesquisa).

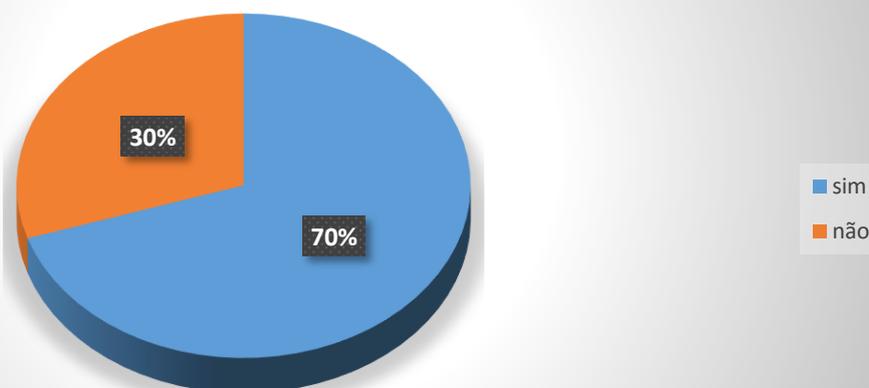
Outro colaborador, em sua manifestação, afirmou, acerca do mesmo tópico, que:

[...] com base nas políticas de sustentabilidade o cotidiano é feito com a visão de conceder ou não conceder o crédito ao associado PF ou PJ. Com base nela também podemos dizer que reduz os custos para a organização e quando possível ela se apresenta com um dos produtos, como no caso do novo Consórcio Sustentável (Trecho de depoimento incluído em instrumento de pesquisa).

Já frente à questão: “Para você, a ‘Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental’ que a Organização “X” faz parte é um instrumento eficaz para a resolução de demandas cotidianas de sua unidade? ”, 70% dos Gerentes Administrativo-Financeiros incluídos na amostra escolheram a opção “sim”, ao passo que, para os demais 30%, a norma vigente na cooperativa não possui eficácia comprovada, como se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 2- Eficácia da Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental

Eficácia da Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental da Sicredi União RS



Fonte: instrumentos de pesquisa

À solicitação de que descrevessem exemplos concretos da aplicação da norma anteriormente referida, os participantes da amostra expressaram pontos de vista distintos, como: “Sim e não, pois não existe algo em que eu trabalhe em cima disto rigidamente.” (Trecho de depoimento incluído no instrumento de pesquisa).

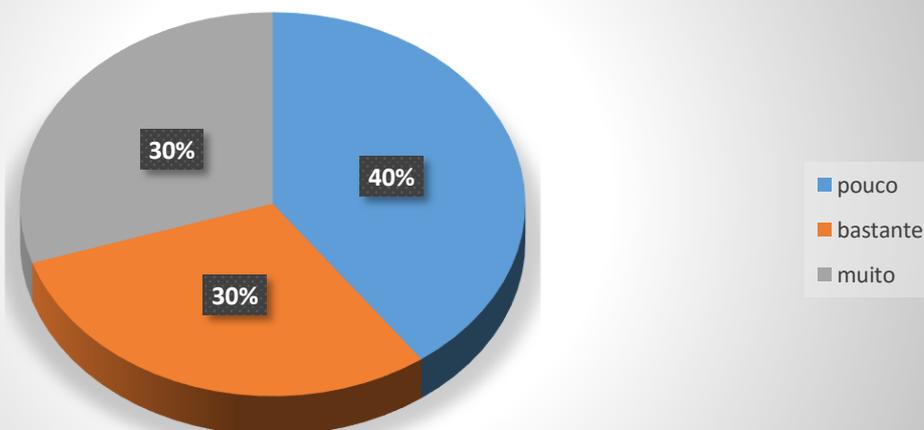
Para outro entrevistado: “Com o alerta das políticas e o seguimento das mesmas, os custos diminuem e também o desperdício.” (recorte de depoimento incluído no instrumento de pesquisa).

Um terceiro participante da amostra, de sua parte, justificou sua opção devido à percepção de que: “Com embasamento nela, pode-se conceder crédito, regulamentar gastos e orientar o colaborador quanto à algum determinado procedimento com relação ao meio ambiente.” (recorte de depoimento incluído no instrumento de pesquisa).

Questionados acerca de: “Quanto a temática da sustentabilidade (e suas aplicações, como a Contabilidade Ambiental) se insere entre seus interesses pessoais e/ou acadêmicos? ”, os Gerentes Administrativo-Financeiros incluídos na amostra demonstraram não haver unanimidade, apesar de a maioria (60%) ter escolhido as opções “bastante” e “muito” (ambas com 30% do total computado), em comparação com os 40% para quem o tema suscita pouco interesse, como se pode avaliar no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Interesse na temática da sustentabilidade

Interesse na temática da sustentabilidade



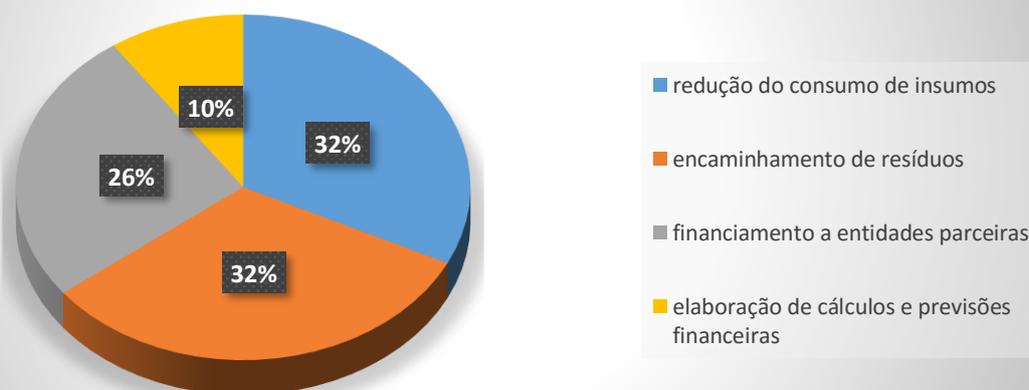
Fonte: instrumentos de pesquisa

Em relação à última pergunta incluída no instrumento de pesquisa – “Que ações sua unidade/agência implementa, sistematicamente, com vistas a se alinhar às perspectivas definidas pela Organização “X” para a sustentabilidade? ”, os entrevistados, diante das alternativas sugeridas, enfatizaram as práticas de redução do consumo de insumos (suprimentos, energia elétrica, água, etc.) e encaminhamento de resíduos para reciclagem ou destinação especial (ambas com 32% das menções computadas).

Com menor participação no resultado da amostra, mereceram lembrança o financiamento e/ou apoio a atividades associadas à sustentabilidade levadas a cabo por entidades parceiras, com 26% dos resultados, e a elaboração de cálculos e previsões financeiras a fim de reduzir custos e investimentos que possam afetar o meio ambiente (com apenas 10% de menção), tal como demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Ações implementadas pelas unidades/agências quanto à sustentabilidade

Ações implementadas pelas unidades quanto à sustentabilidade



Fonte: instrumentos de pesquisa

A partir dos dados descritos, e também do esclarecimento de que normas como a “Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental da Organização X” são recentes,

parece claro que, apesar do elevado nível de ensino compartilhado pelos Gerentes Administrativo-Financeiros que responderam o instrumento de pesquisa, bem como sua vinculação à organização há longo prazo, as exigências da Contabilidade Ambiental ainda se mostram como um desafio para a maioria dos indivíduos consultados.

Isto transparece, por um lado, do teor dos conteúdos referentes aos depoimentos estimulados e, por outro, pela valorização de práticas de redução do impacto ambiental derivado do funcionamento das unidades da cooperativa, em detrimento de uma atuação mais enfática quanto à análise, mensuração e esclarecimento das propostas de concessão de crédito as quais, de acordo com a mesma “Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental da Organização X”, devem se pautar por princípios de regulação internacionalmente aceitos.

A Contabilidade Ambiental, neste sentido, permanece como uma ferramenta a ser implementada, no cotidiano das unidades da Organização “X”, a partir da ampliação de alternativas de qualificação aos colaboradores, por meio de cursos e ou a formulação de estratégias de ação localizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode-se observar, por meio dos dados anteriormente apresentados, a Contabilidade Ambiental desponta, na atualidade, como uma ferramenta apta a contribuir para o enfrentamento da complexidade das questões relacionadas à sustentabilidade e suas contrapartidas no ambiente empresarial, como a chamada responsabilidade ambiental.

No segmento específico em que se enquadra a Organização “X”, é dado ênfase na adequação da instituição financeira com os critérios nacionais e internacionais estabelecidos para a concessão de crédito que incluem a mensuração do impacto ambiental dos projetos envolvidos.

Apesar disso, como se constatou a partir dos dados levantados através da pesquisa de campo realizada, os colaboradores entrevistados demonstraram pouca familiaridade com a temática investigada, associando-a a ações pontuais que, mesmo contribuindo para a redução do impacto de cada unidade/agência sobre o meio ambiente das comunidades em que atuam, carecem de alinhamento às perspectivas internacionais para o setor.

Assim, conclui-se pela validade do estudo realizado, o qual permitiu o entendimento acerca dos desafios inerentes à valorização da Contabilidade Ambiental no contexto da organização alvo, que os mesmos poderão ser melhor analisados a partir da produção de novas pesquisas relacionadas aos temas em pauta.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BERGAMINI Junior, Sebastião. **Contabilidade e risco ambientais**. 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Meio_Ambiente/199906_4.html>. Acesso em: 15 set. 2015.
- COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade ambiental: mensuração, evidenciação e transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.
- CREDIDIO, Guilherme Simões. Responsabilidade socioambiental dos bancos: implantação até fevereiro de 2015. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4227, 27 jan. 2015. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/35853>>. Acesso em: 27 set. 2015.

- GONÇALVES, Benjamin S. (coord.). **O compromisso das empresas com o meio ambiente: a agenda ambiental das empresas e a sustentabilidade da economia florestal**. São Paulo: Instituto Ethos, 2005. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2005/09/meio_ambiente.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- HORA do planeta 2015 bate recorde de participação no Brasil com 185 cidades. **WWF Brasil**, 14 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/participe/horadoplaneta/?45203/Hora-do-Planeta-2015-bate-recorde-de-participao-no-Brasil-com-185-cidades>>. Acesso em: 22 set. 2015.
- MARQUES, Vânia de Lourdes; HACON, Sandra; VINHA, Valéria da. **Os princípios do Equador e o sistema financeiro: ferramentas para a gestão socioambiental brasileira**. 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/gema/Gema_Artigos/2005/Artigo_Os_principios_do_Ecuador_e_o_Sistema_Financeiro-Ferramentas_para_a_Gestao_Socioambiental_Brasileira._VII_ENGEMA.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.
- PEREIRA, Agostinho Olli Koppe; CALGARO, Cleide; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe. A sustentabilidade numa sociedade hiperconsumista. In: PILAU Sobrinho, Liton Lanes; SILVA, Rogerio da. **Consumo e sustentabilidade**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012, p. 54-74.
- RIBEIRO, Silvia. As novas fronteiras da mercantilização da natureza. **Le Monde Diplomatique Brasil**, a. 5, n. 53, dez. 2011. [Suplemento especial - Sustentabilidade e desenvolvimento: o que esperar da Rio+20, p. 10-11]
- SANTOS, Adalto de Oliveira et. al. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**, São Paulo, FIPECAFI, v. 16, n. 27, set. / dez. 2001, p. 89-99. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v12n27/v12n27a07>>. Acesso em: 22 set. 2015.
- SANTOS, André Ricardo Ponce dos et. al. **Contabilidade ambiental: uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade da gestão ambiental**. S. d. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/47.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.
- SEN, Amartya. Por que é necessário preservar a coruja-pintada. **Folha de S. Paulo**, 14 mar. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u11316.shtml>>. Acesso em: 2 set. 2015.
- TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- TOSINI, Maria de Fátima Cavalcanti. Risco ambiental para as instituições financeiras bancárias. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**, Banco Central do Brasil, a. 1, n. 2, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200601.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.